



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Souza Augusto Rios, Karyne; Cavalcanti de Albuquerque Williams, Lúcia
Intervenção com famílias como estratégia de prevenção de problemas de comportamento em
crianças: uma revisão
Psicologia em Estudo, vol. 13, núm. 4, diciembre, 2008, pp. 799-806
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122111018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

INTERVENÇÃO COM FAMÍLIAS COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO DE PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO EM CRIANÇAS: UMA REVISÃO¹

Karyne de Souza Augusto Rios^{*}
Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams[#]

RESUMO. O objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão da literatura sobre trabalho com famílias visando à prevenção de problemas de comportamento infantil. Dentre os modelos de intervenção parental existentes, o presente artigo apresenta estudos de três programas estrangeiros que têm sido reconhecidos pelos seus resultados de efetividade e estruturação do corpo teórico e prático, a saber: *Oregon Social Learning Center*, *Incredible Years* e *Positive Parenting Program (Triple P)*. Em relação ao contexto brasileiro, são apresentadas algumas pesquisas que elaboraram e avaliaram ações junto a famílias. Finalmente, é considerado o fenômeno do baixo engajamento de famílias de baixa renda em programas de intervenção parental. O artigo aponta para uma maior necessidade de desenvolvimento de pesquisas no Brasil com vista a ampliar o corpo teórico e prático de trabalho com famílias, bem como para a necessidade de desenvolvimento de pesquisas que procurem estudar o envolvimento das famílias de baixa renda nos programas.

Palavras-chave: famílias de baixa renda, problemas de comportamento, prevenção.

FAMILY INTERVENTION AS A STRATEGY TO PREVENT BEHAVIOR PROBLEMS IN CHILDREN: A REVIEW

ABSTRACT. Literature on family intervention to prevent the development of behavior problems in children is reviewed. Within extant parents' intervention models available, current paper discusses three programs that have been recognized for their effectiveness and their well-structured theoretical and practical parameters: *The Oregon Social Learning Center*, *The Incredible Years* and *The Positive Parenting Program (Triple P)*. Studies that develop and assess family interventions within the Brazilian context are presented. The phenomenon of low-income families' low involvement with parental involvement programs is analyzed. The paper points out the need for more research in Brazil to increase the theoretical and practical work with families and the development of research that would investigate the low-income families' in the programs.

Key words: Low-income families, behavior problems, prevention.

INTERVENCIÓN FAMILIAR COMO ESTRATEGIA DE PREVENCIÓN DE PROBLEMAS DE COMPORTAMIENTO EN NIÑOS: UNA REVISIÓN

RESUMEN. El objetivo del estudio fue realizar una revisión de la literatura de estudios que busquen mediante intervenciones la prevención de problemas del comportamiento en la infancia. Entre los modelos de intervención parentales encontrados este estudio, muestra tres proyectos interacionales que obtuvieron reconocimiento por sus efectivos resultados en su estructuración tanto teórico como práctica. El Centro de Aprendizaje Social de Oregon, y el Programa Positivo de Padres (conocido como triple p). En la literatura Brasileña, se muestran algunas investigaciones positivas que elaboran y evalúan intervenciones con familias. Finalmente, es considerado un fenómeno de poca inserción de las familias de bajo poder adquisitivo en programas de intervenciones parentales. Este trabajo concretiza la necesidad de implementar investigaciones teóricas y prácticas con familias en Brasil, con la finalidad de ampliar tanto las bases teóricas como prácticas, así como también involucrar y estudiar a las familias de bajo poder económico en programas de intervenciones.

Palabras-clave: Familias de bajo poder adquisitivo, problemas de comportamiento, prevención.

¹ Apoio: CAPES.

^{*} Doutoranda na Universidade Federal de São Carlos.

[#] Doutora. Professora da Universidade Federal de São Carlos.

A prevenção de problemas de comportamento na infância deve ser prioridade nas políticas de saúde, visto que a taxa de frequência de problemas de comportamento em crianças atinge índices alarmantes, chegando a 35% em famílias de baixa renda (Reid, Webster-Stratton & Beachaine, 2001). Estudos sugerem que, sem um programa de intervenção precoce, os problemas de comportamento em crianças podem se cristalizar a partir dos oito anos de idade, iniciando uma trajetória de problemas acadêmicos, evasão escolar, abuso de substâncias, transtornos de conduta e violência (Patterson, Reid & Dishion, 1992; Webster-Stratton, Reid & Hammond, 2004).

Patterson et al. (1992) afirmam que os problemas de comportamento podem ser descritos como uma disposição, por parte da criança, a utilizar comportamentos aversivos para manipular seu ambiente social. Dentre as definições brasileiras existentes pode-se citar a proposta por Bolsoni-Silva (2003), que define problemas comportamentais como

déficits e/ou excessos comportamentais que dificultariam 'saltos comportamentais', isto é, repertórios que prejudicariam o acesso da criança a novas contingências de reforçamento, que por sua vez, facilitariam a aquisição de repertórios relevantes de aprendizagem (p. 252).

Patterson, Reid e Eddy (2002), Webster-Stratton (1997) e Gallo e Williams (2005) apresentam dados de pesquisas longitudinais e epidemiológicas que demonstram alta correlação entre características do ambiente familiar com formas primitivas de comportamento anti-social infantil e posterior desenvolvimento de problemas infracionais pelos jovens. Esses estudos indicam que famílias com padrões de disciplina severos e inconsistentes, pouco envolvimento positivo com a criança e deficiente monitoramento e supervisão acabam favorecendo o surgimento de crianças com condutas anti-sociais. Para esses pesquisadores, os pais treinam diretamente a criança para se comportar de forma anti-social.

Por isso o desenvolvimento de programas de intervenção junto a pais/famílias tem sido reconhecido como a estratégia mais efetiva para prevenir e reduzir problemas de comportamento (Reid et al., 2001), visto que a família pode ser considerada como o sistema que mais influencia diretamente o desenvolvimento da criança (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999), surgindo como o mais poderoso sistema de socialização para o desenvolvimento saudável da criança e do adolescente (Coatsworth, Pantin, & Szapocnik, 2002). Aiello e Williams (2001) afirmam

que, para um trabalho com crianças ser bem-sucedida, a família deve assumir o aspecto central dessa intervenção. Seria o enfoque em um modelo triádico de atendimento (Tharp & Wetzel, 1969), visto que as pesquisas mais recentes na área de intervenção precoce concluem que, sem o envolvimento da família, o trabalho com a criança está predestinada a falhar e os efeitos positivos se tornam de curta duração (Erikson & Kurz-Riemer, 1999). Outra justificativa para o enfoque na família é que, quando os pais alteram suas interações diretas com seus filhos e com outros que são agentes influentes de socialização, inicia-se um processo cumulativo de proteção pelo qual a interação de fatores e processos convergem para fomentar um desenvolvimento saudável e adaptativo (Masten & Coatsworth, 1998).

De forma geral, os estudos sobre programas parentais apontam que os aspectos mais importantes de uma intervenção para prevenir problemas de comportamento em crianças são: ensinar os pais a ser menos punitivos em seus estilos de disciplina, utilizar monitoria positiva, incentivar o uso de reforçamento positivo, melhorar a comunicação interpessoal, ampliar a rede de apoio, desenvolver habilidades de aumentar o envolvimento parental e de resolver problemas e conflitos (Patterson et al., 1992; Webster-Stratton et al., 2004).

Atualmente existem vários estudos, principalmente internacionais, que descrevem e avaliam programas parentais visando à prevenção de problemas de comportamento. Dentre eles podem-se citar três programas reconhecidos por seus resultados de efetividade e pelas inúmeras pesquisas que têm sido realizadas com eles favorecendo ampliação do corpo teórico e prático. São eles: *Oregon Social Learning Center* (Patterson et al., 1992; Patterson et al., 2002), *Incredible Years* (Webster-Stratton et al., 2004), *Triple P-“Positive Parenting Program”* (Sanders, Markie-Dadds & Turner, 2003).

O programa *Oregon Social Learning Center* é conduzido por Gerald Patterson, pioneiro em trabalho com pais (Patterson, 1979) em Eugene, Oregon (EUA). Baseia-se em um modelo sociointeracionista (Patterson et al., 1992) e conta atualmente com a ajuda de colaboradores de diversas áreas (Patterson et al., 1992; Patterson et al., 2002). O programa foi desenvolvido, inicialmente, para pais de crianças e adolescentes que apresentavam desordens de conduta, mas posteriormente foi modificado para uso com adolescentes em conflito com a lei. Os temas centrais do programa envolvem: (1) capacitar os pais a identificar e registrar os problemas de comportamento apresentados pelo adolescente em casa; (2)

desenvolver o uso de técnicas de reforçamento; (3) estimular o uso de técnicas de disciplina adequadas (como, por exemplo, *time-out*, remoção de privilégios e consequênciação); (4) desenvolver monitoramento e supervisão adequada em relação aos filhos; (5) aplicar estratégias de solução de problemas, negociação e uso de contratos entre os pais e a criança (Chamberlain, Fisher & Moore, 2002).

O programa *Incredible Years*, desenvolvido por Carolyn Webster-Stratton (Webster-Stratton et al., 2004) na Universidade de Washington, em Seattle (EUA), promove o ensino de habilidades para pais, professores e crianças e tem dois objetivos principais: (1) desenvolver programas para crianças com problemas de comportamento, e (2) desenvolver programas de prevenção que sejam universais e baseados na comunidade e que as famílias e os professores das crianças possam utilizar, promovendo competência social e prevenindo o desenvolvimento de problemas de conduta. De forma prática, o *Incredible Years* é uma intervenção padronizada que utiliza gravações em vídeo e modelagem de comportamentos e está baseada na Teoria de Aprendizagem Social (Bandura, 1977).

Um programa que vem recebendo grande reconhecimento atualmente é o *Triple P* - "*Positive Parenting Program*", desenvolvido por Mathew Sanders no Centro de Apoio Parental e Familiar da Universidade de Queensland (Austrália). Sanders et al. (2003) definem o programa *Triple P* como uma estratégia preventiva de apoio a pais e famílias desenvolvida em vários níveis. O programa objetiva prevenir problemas emocionais, comportamentais e de desenvolvimento em crianças por meio do aumento de conhecimentos, habilidades e confiança dos pais. É composto por cinco níveis de intervenção em um contínuo que vai aumentando a ajuda para pais de crianças desde o nascimento e de adolescentes com até 16 anos. O nível 1 compreende uma estratégia universal de informação, disponível a todos os pais interessados, que fornece informações gerais por meio de material impresso e fitas de vídeo. O nível 2 compreende uma ou duas sessões de intervenção que objetivam prover informações sobre desenvolvimento infantil para pais de crianças que apresentam pequenas dificuldades de comportamento. O nível 3 é composto por quatro sessões de intervenção destinadas a pais de crianças com nível de dificuldades comportamentais de baixo para médio, visando a o treinamento ativo de habilidades parentais. O nível 4 envolve quatro a oito sessões intensivas de intervenção, que podem ser individuais ou em grupo, destinadas a pais de crianças com dificuldades comportamentais mais severas. O

nível 5 consiste em uma intervenção destinada a famílias em que os problemas dos pais com seus filhos persistem ou as dificuldades são complicadas por outras fontes de estresse (conflito conjugal, depressão parental, altos níveis de estresse).

Em função das inúmeras pesquisas que são realizadas dentro desses programas, o conhecimento disponível sobre intervenções parentais ampliou-se significativamente, possibilitando que os pesquisadores pudessem afirmar que os programas parentais são efetivos na prevenção e diminuição de problemas de comportamento. Entretanto, abriu-se espaço para outras questões, como, por exemplo, como conduzir investigações mais detalhadas sobre as intervenções de modo que se tornasse possível identificar metodologias, estratégias e/ou técnicas que estivessem relacionadas com os resultados positivos de efetividade de um programa.

Em função dessa necessidade, Sanders, Markie-Dadds e Bor (2000) realizaram um estudo no qual procuraram avaliar qual configuração de intervenção estaria relacionada a resultados positivos. Foram analisadas três configurações de intervenção do programa *Triple P*. A primeira configuração (grupo 1) consistia no nível 5 do programa *Triple P*. A segunda configuração (grupo 2) consistia no nível 4 do programa *Triple P*. A terceira configuração (grupo 3) também consistia no nível 4 do programa *Triple P*, mas foi desenvolvida em formato escrito para ser estudada individualmente pelos pais. Participaram desse estudo famílias de 305 pré-escolares de até 3 anos de idade considerados em alto risco para o desenvolvimento de problemas de conduta (pobreza, conflitos conjugais, psicopatologia parental, altos níveis de estresse). Os resultados mostraram, que segundo o relato dos pais, os grupos 1 e 2, que recebiam ajuda de profissionais, obtiveram menores níveis de comportamento disruptivo dos filhos, menores níveis de estilos parentais disfuncionais, maior senso de competência parental e maiores índices de satisfação com intervenção, quando comparados ao grupo 3 e ao grupo de lista de espera. As crianças do grupo 1 demonstraram melhoras mais significativas do que as dos outros três grupos. Após um ano, foi conduzido o *follow-up*, mostrando que as crianças, nas três condições, obtiveram níveis similares de mudança em relação ao comportamento disruptivo inicial. Os pesquisadores concluíram que, em geral, as intervenções com os grupos 1 e 2 demonstraram melhoras mais significativas e confiáveis em relação ao comportamento disruptivo das crianças do que na condição 3, indicando que o acompanhamento regular

de um profissional estaria relacionado a resultados mais positivos em um programa parental.

Outra pesquisa, de Webster-Stratton et al. (2004), buscou comparar a efetividade de intervenções realizadas em 159 famílias com crianças de 4 a 8 anos que foram distribuídas randomicamente em seis condições experimentais, a saber: (1) programa de ensino parental; (2) programa de ensino parental conjugado com programa de ensino para professores; (3) programa de ensino para crianças; (4) programa de ensino para crianças conjugado com programa de ensino para professores; (5) programa de ensino parental conjugado com programa infantil e para professores e; (6) grupo controle. A partir de dados coletados com a ajuda de instrumentos e de observações realizadas na escola e na casa da família, foi possível afirmar que todas as condições produziram efeitos positivos, quando comparados com os do grupo controle.

As condições que envolviam programa de ensino parental resultaram em diminuição de estilos parentais inadequados e aumento de estilos positivos quando comparadas ao grupo controle. O programa parental causou impacto nos comportamentos da criança e do professor, mas não foi capaz de gerar mudanças na relação entre a criança e seus pais. Um dado surpreendente foi que as condições que envolviam programas de ensino infantil foram capazes de promover reduções em estilos parentais inadequados, principalmente em relação às mães, demonstrando uma interrupção no ciclo coercitivo entre mãe e filho. As condições do programa de ensino infantil também melhoraram o comportamento dos professores, demonstrando, que de forma geral, o ensino infantil foi capaz de produzir mudanças indiretas nos pais e professores. A pesquisa conclui que programas de ensino parental conjugado com ensino infantil e/ou com ensino de professores são mais eficazes do que somente a condição de ensino parental.

No Brasil, a maior frequência de estudos ainda está relacionada com a avaliação de programas parentais, visto que existem poucos programas amplamente avaliados, não havendo, inclusive, programas que possuam corpo teórico e prático bem estabelecido. A pesquisa realizada por Santos e Williams (2006) foi uma das pioneiras em elaborar e testar um programa sistemático de intervenção com três famílias agressoras de forma a reduzir ou eliminar o comportamento coercitivo desses pais. A intervenção durou sete meses e consistiu em ensinar novos repertórios de manejo na educação dos filhos por meio de discussões, aulas expositivas, vídeos, tarefas de casa, *feedback*, *role-playing* e técnicas de

relaxamento. Os resultados indicaram uma eliminação das agressões na família que participou do programa (houve duas desistências), mas que ainda eram necessárias discussões aprofundadas para o aperfeiçoamento desse tipo de intervenção. Entre as lacunas que precisavam ser preenchidas encontrava-se a necessidade da observação domiciliar da interação familiar, necessidade de planejamento de intervenção com ênfase maior no ensino de habilidades aos pais, uma linha de base mais longa e um delineamento experimental mais complexo.

Em decorrência dessas necessidades, Ormeño e Williams (2006) avaliaram um programa de intervenção precoce com três crianças agressivas pré-escolares, dirigido a pais e professores, com o intuito de reduzir o nível de agressividade das O trabalho com as crianças consistiu em duas sessões semanais de 45 minutos, durante sete meses. Os temas abordados foram: imposição de regras, formas alternativas para não agredir e resolução de conflitos. O trabalho com as mães ocorreu uma vez por semana e teve como objetivos capacitá-las para lidar com os comportamentos de seus filhos e expandir a rede de apoio. Em relação ao trabalho junto às professoras, estas participaram de encontros quinzenais de 45 minutos que visavam capacitá-las para o manejo adequado de comportamentos agressivos da criança. Os resultados mostraram que as crianças que participaram do estudo diminuíram seus comportamentos agressivos, utilizando formas alternativas de comportamento para alcançar suas metas. Outro dado foi que as crianças alteraram seus comportamentos agressivos apenas no contexto de interação com a pesquisadora, não sendo demonstrada generalização para o contexto de sala de aula e para o contexto familiar, o que indicava a necessidade de maiores estudos na área, focando mais especificamente a relação professor- aluno e criança-família.

Serra-Pinheiro, Guimarães e Serrano (2005) realizaram estudo que teve como objetivo avaliar a eficácia de um programa em grupo de treinamento de pais na redução dos sintomas de *Transtorno Desafiador Opositivo* (TDO) e *Transtorno de Conduta* (TC). Dele participaram cinco pais de crianças que apresentavam TDO ou TC, divididos em dois grupos. Escalas para verificação de sintomas de TDO e TC foram aplicadas antes da intervenção e pelo menos um mês depois de iniciarem a participação no grupo. A intervenção consistiu em dez sessões semanais com duração de duas horas. Os pais foram instruídos a identificar aspectos sobre as suas características e as das suas crianças que modulavam o

comportamento; sobre como aumentar e melhorar a qualidade do tempo e atenção dispensados à criança com medidas específicas; sobre como melhorar a obediência baseando-se em técnicas de atenção e no sistema de fichas; sobre como utilizar a técnica *time-out*; sobre como melhorar o comportamento na escola com o sistema de fichas e sobre como utilizar uma combinação de técnicas para melhorar o comportamento da criança em lugares públicos. Por fim, houve uma sessão em que os pais foram estimulados a imaginar situações problemáticas que poderiam surgir no futuro e como lidariam com elas. A análise das escalas demonstrou que a maioria dos participantes continuou preenchendo critérios para TDO, mas a gravidade dos seus sintomas de TDO diminuiu 48,75%. A diferença entre as médias na escala de gravidade de sintomas desafiadores ou opositivos foi estatisticamente significativa ($p=0,031$) e o número de critérios de TC preenchido pelos pacientes também foi reduzido. Os autores observaram que o treinamento de pais mostrou-se eficaz na melhoria de sintomas de TDO e TC, mas apontaram a necessidade de uso de mais medidas de coleta de dados, incluindo a necessidade de instrumentos validados para o Brasil que possam avaliar o TDO e o TC. Adicionalmente, foi colocada a necessidade de replicações do estudo com amostras de participantes maiores, com maior tempo de observação e delineamentos experimentais mais robustos.

Mais recentemente, Rios (2006) realizou pesquisa que teve por objetivo desenvolver e avaliar um programa parental para famílias de baixa renda visando maximizar práticas parentais positivas voltadas à prevenção do desenvolvimento de problemas de comportamento em crianças de 6 meses a três anos de idade. Participaram cinco mães, das quais quatro participaram do grupo A e uma (M5) participou individualmente, porque as outras mães do grupo B desistiram. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, escalas e observações. A fase de intervenção consistiu em 10 sessões semanais, que abordaram os seguintes temas: desenvolvimento infantil, habilidades de comunicação parental, técnicas de disciplina adequadas, violência doméstica, monitoria parental positiva, comportamento moral. Com vista a um delineamento de pesquisa mais robusto, os dados obtidos por meio de entrevistas e escalas foram colhidos em três momentos: pré-intervenção, pós-intervenção e no *follow-up*, depois de um mês do término da intervenção. Para as observações realizadas semanalmente, o delineamento escolhido foi o de linha de base múltipla entre participantes (uma família do grupo A (M1) e M5). Os

resultados indicaram que as mães que participaram com frequência acima de 70% (M2, M3, M5) melhoraram seus índices de satisfação e eficácia parental, diminuíram o uso de técnicas de disciplina inadequadas e aumentaram o número de interações positivas com seus filhos. Os dados de observação indicaram maior frequência de interações positivas entre mães e filhos e aumento de comportamentos parentais positivos após intervenção. As crianças também reagiram positivamente à mudança parental, exibindo maior número de comportamentos adequados durante as interações com suas mães. A situação de intervenção individual, na qual somente a M5 participou, demonstrou ser mais efetiva na mudança comportamental da mãe. O estudo indicou a necessidade de mais pesquisas sobre fatores relacionados à participação parental em famílias de baixa renda, investigações sobre efetividade de programas com diferentes configurações e desenvolvimento de instrumentos validados para o Brasil para serem utilizados na avaliação dos programas parentais.

A questão do baixo engajamento das famílias de baixa renda em programas de intervenção é um dado preocupante e fortemente relacionado com os índices de efetividade dos programas. Webster-Stratton (1998) aponta que os programas psicoeducacionais tradicionais para pais são menos efetivos para famílias de baixa renda e monoparentais. Tais famílias exibem índices reduzidos de adesão e não demonstram melhorias significativas; além de as consequências da aprendizagem serem mantidas por pouco tempo. Ademais, os programas são realizados longe das casas das famílias, são insensíveis às reais necessidades das famílias e inflexíveis em termos de cronograma e conteúdo. Também apresentam barreiras no modo como a linguagem é realizada e os profissionais culpam ou criticam direta ou indiretamente os estilos de vida dessas famílias (Webster-Stratton, 1998).

A área de estudos sobre famílias de baixa renda demonstra que programas parentais efetivos baseiam-se em modelos sistêmicos de atuação, em que intervenções são realizadas nas residências e inseridas na cultura de suas comunidades (Sigolo, 2004; Turnbull & Turnbull, 2001; Webster-Stratton, 1998; Williams & Aiello, 2004). Em relação aos aspectos que devem ser considerados em programas para famílias de baixa renda visando à prevenção de problemas de comportamento infantil, os estudos apontam o ensino de técnicas de disciplina adequadas, uso de monitoria positiva, uso de reforço positivo, desenvolvimento de comunicação interpessoal, habilidades de solução de problemas, ampliação da

rede de apoio social, desenvolvimento de interação positiva entre pais e filhos e aumento de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil (Cia, Williams & Aiello, 2005; Coatsworth, Pantin & Szapocnik, 2002; Dessen & Silva, 2004; Gomide, 2003; Guralnick, 1998; Hughes & Gottlieb, 2004; Patterson et al., 2002; Reid, Webster-Stratton & Beauchaine, 2001; Sanders, Markie-Dadds & Bor, 2000; Webster-Stratton et al., 2004).

Fatores que devem ser levados em consideração durante a elaboração de programas para famílias de baixa renda devem envolver o conhecimento de que modelos psicoeducacionais tradicionais são menos efetivos, mas, em contrapartida, os modelos colaborativos que procuram envolver pais e professores na elaboração dos programas tendem a gerar bons resultados. Estratégias como, por exemplo, fornecimento de transporte, disponibilização de recreação infantil durante as sessões parentais, desenvolvimento do programa em local e horário conveniente, promoção de incentivos financeiros, realização de confraternizações entre pais, fornecimento de alimento durante os encontros, uso de chamadas telefônicas entre as sessões e uso ocasional de sessões individuais estão relacionadas a melhor engajamento e resultados positivos com famílias de baixa renda (Dessen & Silva, 2004; Marinho, 2003; Webster-Stratton, 1998).

CONCLUSÃO

Uma análise inicial dos pontos de aproximação entre os estudos brasileiros e estudos desenvolvidos nos programas *Oregon Social Learning Center*, *Incredible Years* e *Positive Parenting Program (Triple P)* permite identificar que a maioria dos programas direcionados a ações junto a famílias e prevenção de problemas de comportamento em crianças estão baseados em modelos cognitivo-comportamentais. Outro ponto congruente dos estudos fundamenta-se na necessidade de abranger o maior número de sistemas com os quais a criança mantém contato direto, sendo a família o sistema mais influente e poderoso para a prevenção de problemas de comportamento em crianças. De maneira geral, os estudos apresentados evidenciam a importância de uma intervenção precoce como estratégia eficaz para a prevenção ou interrupção da trajetória dos problemas de comportamento na infância.

Em relação à metodologia de pesquisa, tanto as pesquisas internacionais quanto as brasileiras procuraram utilizar vários instrumentos de coleta de dados visando à triangulação das medidas, a fim de

garantir maior validade dos fenômenos e relações estudados. Os modelos de intervenção geralmente abordaram temas como estímulo ao uso de técnicas de disciplina adequada, desenvolvimento de monitoramento e supervisão adequados em relação aos filhos, aplicação de estratégias de solução de problemas, informações sobre desenvolvimento infantil, habilidades de comunicação parental e violência doméstica. As estratégias utilizadas para ensino consistiram de discussões em grupos, material informativo impresso, material informativo em vídeo, dinâmicas em grupo, tarefas de casa, *videofeedback*, técnicas de solução de problemas, *role-playing*, manejo de raiva e técnicas de relaxamento.

Os pontos de distanciamento entre os programas de intervenção estrangeiros e os brasileiros ainda são evidentes. Nota-se que as pesquisas internacionais demonstram maior produção científica, o que favoreceu a construção de um corpo teórico e prático estruturado, fenômeno incipiente nas pesquisas brasileiras, que ainda ensaiam os passos iniciais de verificação de eficácia de programas parentais. As pesquisas internacionais são consideradas como de segunda geração na área de intervenção precoce (Erikson & Kurz-Riemmer, 1999), pelo fato de que seus objetivos estão direcionados para o aprimoramento e sistematização do conhecimento sobre os modelos de intervenção eficazes para a redução dos problemas de comportamento, enquanto as pesquisas brasileiras ainda se preocupam com questões típicas da primeira geração de pesquisas na área de intervenção precoce (Erikson & Kurz-Riemmer, 1999) que envolvem o desenvolvimento e avaliação de programas de intervenção parentais.

De fato, já existem no Brasil várias pesquisas na área de problemas de comportamento infantil que apontam a necessidade de desenvolvimento de programas parentais para prevenção de problemas de comportamento (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Dessen & Silva, 2004; Ferreira & Marturano, 2002; Marinho, 2003; Picado, 2006), mas não existem muitas pesquisas voltadas especificamente ao desenvolvimento e avaliação de programas parentais para prevenção primária de problemas de comportamento.

Um recente programa desenvolvido por Williams (2006) desponta como um trabalho de prevenção primária promissor na área. O Projeto Parceria está sendo desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e tem por objetivo desenvolver e avaliar um programa de intervenção voltado a mães vítimas de violência pelo parceiro, de forma a prevenir

problemas de comportamento em seus filhos. Adicionalmente o projeto prevê objetivos como adaptar instrumentos educativos para desenvolvimento do programa (ex: cartilhas) e adaptar e validar instrumentos estrangeiros úteis para o desenvolvimento e avaliação do programa. O estudo constitui uma iniciativa pioneira em desenvolver e avaliar um programa de prevenção primária, e contará com ajuda de diversos pesquisadores e visará à aplicação do Projeto Parceria em maior escala, possibilitando a participação de várias famílias.

Em relação aos delineamentos experimentais, observa-se que as pesquisas internacionais apresentam delineamentos mais elaborados, o que é evidenciado por amostras maiores, utilização de diferentes grupos experimentais e utilização de grupos-controle. Nota-se que a coleta de dados ocorre antes, durante, imediatamente após a intervenção, e também contam com medidas de *follow-up*, que são tomadas após o fim da intervenção, com o passar do tempo, visando verificar a manutenção da aprendizagem. As pesquisas brasileiras baseiam-se preferencialmente em delineamentos de pré- e pós-teste, contando com a coleta de dados apenas antes e depois da intervenção. Além disso, os estudos brasileiros geralmente são desenvolvidos como pesquisas de sujeito único (Tawney & Gast, 1984), o que torna imprescindíveis cuidados metodológicos e a escolha de um delineamento experimental devidamente estruturado a ponto de garantir a obtenção de dados fidedignos, sendo esse um aspecto falho das pesquisas brasileiras.

Aspectos semelhantes são observados em recente revisão dos programas brasileiros desenvolvidos na área de treinamento em habilidades sociais com amostras brasileiras para prevenção primária, secundária e terciária realizada por Murta (2005), que apontou preferência por delineamentos de sujeito único e com coletas de dado pré- e pós teste. A autora sugere a elaboração de estudos que incluam ênfase na prevenção primária, na avaliação de resultados a longo prazo e uso de delineamentos experimentais mais estruturados. Tal comparação é útil para demonstrar que as pesquisas brasileiras sobre programas de intervenção estão caminhando na direção de ampliação de seu conhecimento e de suas técnicas, e que os desafios atuais desvelam-se na necessidade do desenvolvimento de estudos que foquem a prevenção e a construção de delineamentos experimentais e sejam capazes de gerar maior validade sobre os fenômenos observados.

Finalmente, considera-se necessário o desenvolvimento de mais estudos relacionados ao

envolvimento de famílias de baixa renda em programas de intervenção, visto ser esse um dos fatores que mais comprometem a efetividade dos programas parentais. Acredita-se que, além de embasar as intervenções em modelos colaborativos, seria necessário construir intervenções que busquem primeiramente ensinar algumas habilidades às famílias, como, por exemplo, ensinar a pensar em grupo e a solução de problemas. Adicionalmente, seria oportuno enfatizar a importância de estudar fatores relacionados à participação parental, e não somente os fatores que dificultam a participação da família.

REFERÊNCIAS

- Aiello, A. L. R., & Willians, L. C. A. (2001). *O inventário Portage operacionalizado e a abordagem sistêmica na intervenção com famílias: incompatíveis ou aliados?* [mesa redonda]. IV Simpósio em Filosofia e Ciência. Marília, São Paulo.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84, 191-215.
- Bolsoni-Silva, A. (2003). *Habilidades sociais educativas, variáveis contextuais e problemas de comportamento: comparando pais e mães de pré-escolares*. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Ciências, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7(2), 227-235.
- Chamberlain, P., Fisher, P. A., & Moore, K. (2002). Multidimensional treatment foster care: Applications of the OSLC intervention model to high-risk youth and their families. In J. B. Reid, G. R. Patterson & J. Snyder (Eds.), *Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model for intervention* (pp. 203- 218). Washington: American Psychological Association.
- Cia, F., Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. R. (2005). Intervenção focada na família: um estudo de caso com mãe adolescente e criança de risco. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(1), 49-66.
- Coatsworth, J. D., Pantin, H., & Szapocnik, J. (2002). Familias Unidas: A family- centered ecodevelopmental intervention to reduce risk for problem behavior among hispanic adolescents. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 5(2), 113-132.
- Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2004). A família e os programas de intervenção. Em E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em Educação Especial* (pp. 179-187). São Carlos: EdUFSCar.
- Erikson, M. P., & Kurz-Riemmer, K. (1999). *Infants, toddlers and families: A framework for support and intervention*. New York: The Guilford.
- Ferreira, M. C. T., & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 35-44.

- Gallo, A. E., & Williams, L. C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(1), 81-95.
- Gomide, P. I. C. (2003). Estilos parentais e comportamento anti-social. Em A. Del Prette & Z. Del Prette (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 21-60). Campinas: Alínea.
- Guralnick, M. J. (1998). Effectiveness of early intervention for vulnerable children: A developmental perspective. *American Journal on Mental Retardation*, 102(4), 319-345.
- Hughes, J. R., & Gottlieb, L. N. (2004). The effects of the Webster-Stratton parenting program on maltreating families: Fostering strengths. *Child Abuse & Neglect*, 28, 1081-1097.
- Marinho, M. L. (2003). Comportamento anti-social infantil: questões teóricas e de pesquisa. Em A. Del Prette & Z. Del Prette (Orgs.), *Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem* (pp. 61-82). Campinas: Alínea.
- Masten, A. S., & Coatsworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments: Lessons from research on successful children. *American Psychologist*, 53, 205-220.
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Murta, S. G. (2005). Aplicações do treinamento em habilidades sociais: análise da produção nacional. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(2), 283-291.
- Ormeño, G. R., & Williams, L. C. A. (2006). Intervenção precoce com crianças agressivas: suporte à família e à escola. Em H. H. Guilhardi & N. C. Aguirre (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: expondo a variabilidade* (Vol.17, pp. 168-182). Santo André: ESEtec.
- Patterson, G. R. (1979). A performance model for coercive family interaction. In R. B. Cairns (Ed.), *Social interaction: Methods, analysis, and illustrations* (pp. 119-162). Hillsdale: Erlbaum.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T. J. (1992). *Antisocial boys: A social interactional approach*. Eugene: Castalia.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Eddy, J. M. (2002). A brief history of the Oregon Model. In J. B. Reid, G. R. Patterson & J. Snyder (Eds.), *Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model for intervention* (pp. 3-21). Washington: American Psychological Association.
- Picado, J. R. (2006). *Fatores de risco e proteção: um estudo de acompanhamento em pré-escolares com comportamentos agressivos*. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Reid, M. J., Webster-Stratton, C., & Beauchaine, T. P. (2001). Parent training in head start: A comparison of program response among African American, Asian American, Caucasian, and Hispanic mothers. *Prevention Science*, 2(4), 209-227.
- Rios, K. S. A. (2006). *Efeitos de um programa de prevenção de problemas de comportamento em crianças pré-escolares em famílias de baixa renda*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Sanders, M. R., Markie-Dadds, C., & Bor, W. (2000). The Triple P-Positive Parenting Program: A comparison of enhanced, standard and self-directed behavioral family intervention for parents of children with early onset conduct problems. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64(4), 624-640.
- Sanders, M. R., Markie-Dadds, C., & Turner, K. M. T. (2003). Theoretical, scientific and clinical foundations of the Triple P-Positive Parenting Program: A population approach to the promotion of parenting competence. *Parenting Research and Practice Monograph*. Australia: The Parenting and Family Center.
- Santos, G. E., & Williams, L. C. A. (2006). Proposta de atendimento a pais agressores: uma proposta em Educação Especial. Em M. P. R. Costa & F. E. Denari (Orgs.), *Educação especial: diversidades de olhares* (pp. 205-216). São Carlos: Pedro & João.
- Serra-Pinheiro, M. A., Guimarães, M. M., & Serrano, M. E. (2005). The effectiveness of parent management training in a Brazilian sample of patients with oppositional-defiant disorder. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 32(2), 68-72.
- Sigolo, S. R. L. (2004). Favorecendo o desenvolvimento infantil: ênfase nas trocas interativas no contexto familiar. Em E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em educação especial* (pp. 189-195). São Carlos: EdUFSCar.
- Tawney, J. W., & Gast, J. (1984). *Single subject research in special education*. Columbus: Charles E. Merrell.
- Tharp, R. G., & Wetzel, R. (1969). *Behavior modification in the natural environment*. New York: Academic.
- Turnbull, A. P., & Turnbull, H. R. (2001). *Families, professionals and exceptionality: Collaboration for empowerment*. Columbus: Merrill.
- Webster-Stratton, C. (1997). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. In M. J. Guralnick (Ed.), *The effectiveness of early intervention* (pp. 429-453). Baltimore: Paul H. Brookes.
- Webster-Stratton, C. (1998). Parent training with low-income families. In J. Lutzker (Ed.), *Handbook of child abuse research and treatment* (pp.183-210). New York: Plenum.
- Webster-Stratton, C., Reid, M. J., & Hammond, M. (2004). Treating children with early-onset conduct problems: Intervention outcomes for parent, child, and teacher training. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33(1), 105-124.
- Williams, L. C. A. (2006). *Projeto Parceria: o ensino de habilidade parentais a mães com histórico de violência conjugal* [projeto de pesquisa]. São Carlos: autor.
- Williams, L. C. A., & Aiello, A. L. (2004). Empoderamento de famílias: o que vem a ser e como medir. Em E. G. Mendes, M. A. Almeida & L. C. A. Williams (Orgs.), *Temas em educação especial* (pp. 197-202). São Carlos: EdUFSCar.

Recebido em 11/12/2006

Aceito em 15/03/2007